



CRÔNICA
J. RIGOLÃO
jose@rigolon.com.br

O BRASIL NÃO MERECE!

O capitão do navio recebe a informação da ocorrência de grande tempestade a três dias de navegação de onde se encontra. Seu imediato recomenda ganhar tempo até a tempestade amainar, reduzindo a velocidade no navio. A proposta é plena de lógica: não chegue perto do fogo e você não se queima!

Foi exatamente o que nosso ex-presidente fez, seguindo a recomendação de seu advogado, quando surgiu a tempestade do Mensalão. A primeira entrevista dada a um jornalista brasileiro ocorreu em Paris, num jardim, bom tempo depois da tempestade, onde ele afirmou categoricamente que não sabia de nada. Criou a famosa e conhecida terra do “não sei”...

Não é de hoje que ouço o PT afirmar que recebeu uma “herança maldita” do PSDB, na época do governo de Fernando Henrique Cardoso. E agora, a nossa atual presidente tenta, de forma primária, transferir a responsabilidade da maior corrupção já detectada no Brasil, praticada na Petrobras, para o governo de FHC.

A presidente diz que as atuais investigações deveriam ter começado em 1990. Cabe aqui uma pergunta: porque não, por exemplo, no ano da nossa independência, em 1822? Sua fala me parece tão descabida que prefiro imagi-

nar que se trata de algo criado por seu marqueteiro, tentando justificar seu salário. A razão é lógica: se assim funcionou durante a campanha para a reeleição da presidente, porque não continuar usando o mesmo caminho?

Mas como será possível ignorar ou justificar a absurda compra da refinaria de Passadena nos Estados Unidos, a sociedade com o falecido presidente da Venezuela, Hugo Chávez – que não mandou centavo algum para a construção da refinaria Abreu Lima, em Pernambuco – e a inoperância para extração do “Pré-Sal”? Todos esses fatos aconteceram a partir do governo Lula, não na época de FHC.

E não se pode esquecer ainda que nossa atual presidente foi ministra de Minas e Energia, chefe da Casa Civil, presidente do conselho da Petrobras. Estando tão perto da Petrobras, com toda essa experiência administrativa acumulada, era de se esperar que tomasse alguma atitude. A tentativa de transferir a culpa do ocorrido para um governo que deixou Brasília a mais de doze anos é, no mínimo, lamentável e ridículo. Os petistas chamam de “maldita” a tal herança do FHC. Qual será o adjetivo utilizado para classificar a herança que Dilma Rousseff receberá dela mesmo?



DESTAQUES ECONÔMICOS
Antônio José Martins
e-mail: martins_32@terra.com.br

CONTA DE LUZ DA INDÚSTRIA

– Deve subir até 53% em março. Empresas do Sudeste terão de arcar com custo das termelétricas. Associação pretende recorrer à Justiça. Nosso comentário: Com certeza o custo será repassado ao consumidor! Segura, peão, que a inflação vem com tudo...

DESCANSOU COM A FAMÍLIA NA BASE AÉREA DE ARATÚ (BA)

– E agora a presidente Dilma Rousseff enfrenta dois problemas urgentes e complicados: derrota inesperada na eleição da Câmara Federal e o encontro entre o ministro da Justiça e advogados de empresas acusadas na Operação “Lava Jato”. Nosso comentário: Pissou feio na bola, ministro Cardoso, e criou mais um abacaxi para a presidente Dilma.

NOVA POLÍTICA ECONÔMICA

– Os ministros da área econômica precisam, urgentemente, de apoio para as novas medidas, principalmente um veemente apoio da presidente Dilma.

CRISE DA ÁGUA

– Para alegria geral, o nível das represas paulistas continua a aumentar. Nosso comentário: Mas as autoridades do setor continuam a implorar por uma redução de consumo. O calor não irá demorar, quando, então, o consumo voltará a subir...

SABESP DÁ DESCONTO A 294 GRANDES EMPRESAS CONSUMIDORAS

Por hoje é só. Tenham todos uma ótima semana, com bastante chuva!

DE ÁGUA CASO AUMENTASSEM O CONSUMO DO PRECIOSO LÍQUIDO

– Nosso comentário: Notícia de 1929? Famosa recessão econômica mundial? Não! É a lista enviada recentemente à CPI que investiga a crise atual.

ALUGUEL DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS

– Perde para a inflação.

OPERAÇÃO LAVAJATO

– O ex-presidente do STF, Joaquim Barbosa, foi o primeiro. E agora, o juiz federal Sergio Moro, que conduz todas as ações da operação, aumenta, com grande veemência, as críticas sobre o encontro do ministro da Justiça, em seu gabinete, com advogados de defesa das empreiteiras envolvidas.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL LIMITA TETO DE MULTA A 100%

– Os contribuintes multados com valores superiores ao tributo devido poderão reduzir o montante a ser pago ao Fisco. A Primeira Turma do Supremo Tribunal determinou que multa aplicada ao contribuinte não pode ser superior a 100% do valor do tributo. No âmbito da RF, as multas podem chegar a 225%; no estado de SP, a 300% no caso do ICMS. Nosso comentário: Pela importância do assunto, cito sua origem: Jornal Valor Econômico – 2/01/2015.

NOTAS

***GAUDENCIO TORQUATO**

LISTA

Corre à boca pequena a informação de que a lista de políticos envolvidos no petróleo somará 42 pessoas.

UMA VERGONHA

Escola de Samba fazendo homenagem a um ditador é algo inconcebível. No caso, ao ditador da Guiné Equatorial. Antes, porém, as autoridades devem passar a régua da ética e da moral sobre os financiamentos das Escolas.

PT EM DESCENSO

Nos próximos tempos, o PT vai ficar sem rumo na Câmara Federal. Perderá comando de Comissões importantes. E navegará ao léu.

PMDB OUVINDO LEVY

Segunda feira, o presidente do PMDB e VPR, Michel Temer, dará um jantar no Palácio do Jaburu, reunindo os presidentes do Senado e da Câmara, juntamente com os

PAES, VISÃO ESTREITA

Eduardo Paes, o prefeito do Rio de Janeiro, começa a entrar no dicionário dos presidencialistas de 2018. O peemedebista, porém, sofre muitas restrições. Considerado ainda inexperiente, cercado de pavonice e exibição, não tem estofa para liderar a candidatura de um partido complexo como o PMDB. E, pior, tem estreita visão de Brasil.

NOPRELO

Vem aí, nas próximas semanas, mais um livro deste escriba: COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES (Empresas privadas, instituições e setor público: Conceitos/ Estratégias, Planejamento/ Técnicas). Pela Summus.

POLÍTICA E POLITICAGEM NO JUDICIÁRIO

É recorrente a ideia de que o Poder Judiciário, o mais sagrado dos Poderes, recebe influência da política. Nos últimos tempos, o jogo de interesses ganhou maior atenção em função do contencioso envolvendo atores políticos, cujos processos são julgados pelo STF. Daí a razão pela qual magistrados que ascendem às Cortes Judiciárias, por nomeação da presidente da República, acabam entrando em versões de favorecimentos a determinados réus. Procede tal suspeita, sabendo-se que os ministros da Alta Corte permanecerão em seus cargos até a aposentadoria?

Analisemos a questão sob o conceito de politização do Judiciário. Primeiro, lembremos que, na visão aristotélica, o Judiciário cumpre uma função política; basta levar em consideração a cota política que Aristóteles atribuía ao cidadão, ao qual o filósofo atribuía o dever de participar da vida da cidade, sob pena de se transformar em “ser vil”. Nessa tarefa, o homem emprega seus dons naturais do entendimento e do instinto para exercer as funções de senhor e magistrado. Se tal ensinamento for bem interpretado, não haverá restrição para se enxergar na missão dos juízes uma faceta política. O problema, porém, é outro. Reside na confusão que o representante deflagra quando usa política para operar interesses escusos. Neste caso, substituindo o bem comum por interesse próprio. É quando a Política com P maiúsculo converte-se em politicagem.

Na verdade, nos últimos anos, tem-se observado intensa verbalização por parte de certos membros das Altas Cortes do Judiciário, na contramão do axioma que diz: “o juiz só se pronuncia nos autos”. Daí a impressão de que ministros, ao praticarem verbosagem, descem do altar do Judiciário para os becos da política banalizada. Causa estranheza a desenvoltura com que alguns se relacionam com o mundo da politiquice. É verdade que outros se esforçam para abrir fluxos de comunicação elevada com a sociedade. Em qualquer circunstância, porém, a expressão do Judiciário deve se inspirar no escopo da Justiça, evitando as suspeitas de que jogam nos bastidores ou vendem força no balcão de barganhas.

A imagem do Judiciário cai na lama quando se ouve notícia de juiz suspeito de negociar sentenças judiciais. Outra frente polêmica é

o do voto emotivo. Certos magistrados tenderiam a votar de acordo com interesses dos patrocinadores. Ora, o maior patrimônio de um juiz é a independência. Essa é a ferramenta para ele ultrapassar a barreira da democracia formal e galgar as fronteiras da democracia substantiva. Ao juiz compete julgar conforme a consciência, indo contra a vontade de maiorias, defendendo direitos fundamentais, não se curvando às pressões midiáticas nem às correntes de opinião. Infelizmente, o Estado-Espectáculo tem inspirado as atuações de muitos operadores do Direito. Há juízes e quadros do Ministério Público, por exemplo, que cultivam a autocontemplação no espelho de Narciso, inebriando-se ante os holofotes da mídia. Como diria Rui Barbosa, “a ninguém importa mais que à magistratura fugir do medo, esquivar humilhações e não conhecer covardia”.

Não se pretende defender a tese de que o juiz precisa vestir o figurino da neutralidade. Juízes insípidos, inodoros e insossos tendem a ser os piores. O que a sociedade quer é voltar a encontrar no Judiciário as virtudes que tanto enobrecem a magistratura e outros serventários da Justiça: independência, saber jurídico, honestidade, coragem e capacidade de enxergar o ideal coletivo. Essa teia está furada.

Quais as razões? A ingerência do Executivo sobre o Judiciário é uma delas. O poder de fazer nomeação, por exemplo, estabelece influência. A mão que pode nomear um magistrado permanece suspensa sobre a cabeça do escolhido, gerando retribuição. O Executivo acaba quase sempre levando a melhor. O jurista Paulo Bonavides lembra: “A Suprema Corte correrá o risco de se transformar em cartório do Poder Executivo”. Noutras instâncias, as promoções na carreira costumam passar por cima de critérios de qualidade. Uma liturgia de herança de poder se instala com docilidade junto às cúpulas dos tribunais. O nivelamento por baixo ocorre na esteira da massificação de cursos de Direito e da juvenilização dos quadros.

Têmis, a deusa, tem uma venda nos olhos para representar a Justiça que, cega, concede a cada um o que é seu, sem olhar para o litigante. No Brasil, tem-se a impressão de que, vez ou outra, a deusa afasta a venda para espiar a clientela.

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

Siga em frente!... E tenha dó do que espera ajuda a esmo: o tempo, além de andar só, se originou de si mesmo!...

Quem morre deixa uma vaga que nunca será preenchida: o DNA dita a saga, seja na morte ou na vida.

Já ninando a natureza, desmaia o sol na amplidão ... E acende a luz da tristeza, no facho de solidão.

SPVIAS RECUPERA PAVIMENTO NA RODOVIA SP-127

Até a próxima terça-feira (3), a concessionária CCR SPVias realizará obras de recuperação de pavimento entre os quilômetros 114 e 134 da Rodovia Antonio Romano Schincariol (SP-127), nos municípios de Tatuí e Itapetininga.

Para que a obra seja realizada, o tráfego fluirá de maneira alternada nas faixas da direita e esquerda. Os serviços ocorrerão entre 7 e 18 horas e serão monitorados por viaturas e colaboradores da CCR SPVias. O local estará amplamente sinalizado e os usuários poderão se informar sobre o tráfego pelo site: www.spvias.com.br ou pelo Disque CCR SPVias: 0800-703-5030.

ANUNCIE NO JORNAL INTEGRAÇÃO - FONE (15) 3305-6674



EXPEDIENTE

Integração - o Jornal do Povo Ltda. - Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18

DIRETOR RESPONSÁVEL:

José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)

DIRETOR PROPRIETÁRIO

Renê José Rodrigues Fernandes

REDATORA:

Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)

ESPORTES:

Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)

FUNDADORES em 24/12/1975:

José Reiner Fernandes, Francisco José Lang Fernandes de Oliveira, Roberto Antonio Carlessi, Ivan Gonçalves e Acassil José de Oliveira Camargo

Propriedade da Empresa Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.

Rua São Bento, 785- Tatuí/SP - CEP: 18270-820
Tiragem: 3.500 exemplares
e-mail: integracao@aseta.com.br
Impresso: A Tribuna de Piracicaba - Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

JORNAL INTEGRAÇÃO
e-mail: redacao@jornalintegracao.com.br

* **Marcos Cintra** é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.